

Informação, conhecimento e capitalismo: uma abordagem dialética

Rodrigo Moreno Marques¹

Filipe Oliveira Raslan²

Marta Macedo Kerr Pinheiro³

Resumo Este ensaio aborda o papel da informação e do conhecimento ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, especialmente na atualidade, quando ganham popularidade termos como sociedade da informação e do conhecimento, economia do conhecimento, capital intelectual e capital humano. Nosso ponto de partida será a apresentação de alguns fundamentos da dialética materialista, filosofia precursora da investigação das relações entre capital e conhecimento. Indo além da luz lançada por Marx sobre essa obscura problemática, esse texto também destaca algumas teorias de autores contemporâneos que, partindo das concepções marxistas, tentam explicar a realidade do século XXI a partir da subsunção, em maior ou menor grau, do trabalho pelo capital. Essa perspectiva permite afirmar que a dominação das condições de trabalho no modo de produção capitalista avança a passos largos em busca da apropriação privada do intelecto geral.

Palavras-chave informação, conhecimento, capitalismo, dialética materialista, apropriação privada do intelecto geral

Information, knowledge and capitalism: a dialectical approach

Abstract This essay discusses the role of information and knowledge throughout the development of the capitalist mode of production, especially nowadays, when some terms become popular such as information and knowledge society, knowledge economy, intellectual capital and human capital. Our starting point is the presentation of some foundations of dialectical materialism, a precursor philosophy to investigate the relationships between capital and knowledge. Drawing on

¹ Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) Endereço postal FUMEC, Rua Cobre, 200, Cruzeiro, Belo Horizonte, CEP. 30310-190 e telefone (31) 3228-3000. E-mail: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br

² Doutorando em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: fraslan@hotmail.com

³ Pós-doutora pelo Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (LERASS) da Université Paul Sabatier- Toulouse III-IUT- França. Professora associada da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Endereço postal: UFMG, Escola de Ciência da Informação, Departamento de Teoria e Gestão da Informação, Av. Antonio Carlos nº 6627, Pampulha, Belo Horizonte, CEP. 31270-901 e tel. (31) 3499-5225. E-mail: martakerr@gmail.com

Marxist ideas and going beyond in this obscure issue, this paper also highlights some theories of contemporary authors which, starting from Marxist concepts, attempt to explain the 21st century reality based on the subsumption of labor under capital in a greater or lesser extent. This perspective allows us to assert that the domination of working conditions in the capitalist mode of production has rapidly progressed aiming to institute the private appropriation of the general intellect.

Keywords information, knowledge, capitalism, dialectical materialism, private appropriation of the general intellect.

Introdução

Este ensaio parte da proposta de refletir sobre o papel da informação e do conhecimento ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, especialmente na atualidade, quando ganham popularidade termos como sociedade da informação e do conhecimento, economia do conhecimento, capital intelectual e capital humano.

Nosso ponto de partida será a apresentação de alguns fundamentos da dialética materialista, filosofia precursora da investigação das relações entre capital e conhecimento.

Privilegiando a luz lançada por Marx sobre essa obscura problemática, esse texto também destaca algumas teorias de autores contemporâneos que, partindo das concepções marxistas, tentam explicar a realidade do século XXI, explorando, em maior ou menor grau, as concepções do filósofo alemão que criou no século XIX o arcabouço teórico que melhor retratou o capitalismo desde a sua origem.

Algumas teorias defendem que está em curso uma reestruturação do capitalismo baseada no chamado trabalho imaterial e no bem intangível, evocando o conceito de intelecto geral. Em diferente direção, as categorias trabalhador produtivo e trabalhador coletivo fundamentam outra maneira de apreender o capitalismo atual.

Por fim, como tem sido recorrente ao longo da história do pensamento marxista, vale a pena indagar mais uma vez se estamos diante de uma crise nos fundamentos do capitalismo e qual é, nos termos de Kosik (1976), a essência oculta na manifestação fenomênica dessa realidade.

Em meio a uma realidade desumana, nasce uma filosofia emancipadora

Durante o século XIX a produção manufatureira começa a ser substituída pela produção industrial e o emprego em larga escala da maquinaria e da maquinofatura. Emerge o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na expropriação do trabalho por meio da relação de assalariamento, produzindo as contradições entre trabalho e capital, ou seja, tensões e conflitos entre a força de trabalho e os proprietários privados dos meios de produção (Marx, 1980; 2004).

O século XIX pode ser considerado como o período em que a doutrina liberal atinge seu ápice, quando o Estado delega ao mercado a obrigação de se auto-regular, privilegiando os interesses privados do capital, que se impõe de forma hegemônica. Desde os seus primórdios, os capitalistas revelaram as marcas da sua insensibilidade para as condições sócio-econômicas da sua mão de obra. Sua lógica de acumulação rentista construiu uma realidade brutalmente desigual. Na segunda metade daquele século, os operários reivindicavam descanso semanal, redução da jornada de trabalho para níveis menos desumanos e o fim da exploração ilimitada de mulheres, crianças e idosos. A pesquisa documental feita por Marx, a partir dos relatórios dos inspetores de fábrica, fornecem “estatísticas regulares e oficiais sobre a avidez capitalista por trabalho excedente” (MARX: 1980, p. 270).

Nesse período histórico haviam sido revogadas até mesmo as mínimas proteções assistencialistas estabelecidas pela incipiente e contraditória legislação trabalhista inglesa do período pré-capitalista.

É nesse contexto que Marx e outros pensadores irão desenvolver uma nova filosofia - uma nova concepção de mundo - que privilegia o ponto de vista crítico, atribuindo às condições materiais da vida do ser humano uma importância fundamental na construção das relações sociais e políticas. Essa concepção busca explicar o universo da mercadoria e as relações sociais que nele são estabelecidas, indo além dos limites da explicação, pois também se propõe a transformá-las⁴. Condena, assim, o mito da neutralidade científica em nome de uma visão de mundo que se propõe também emancipatória, libertadora da classe operária, por meio da ação política, da qual deriva o conceito de filosofia da praxis (GRAMSCI: 2004).

Nascido em um contexto de extremas desigualdades sócio-econômicas, o materialismo dialético tem as suas raízes em concepções filosóficas bem mais antigas. Façamos um resgate histórico e conceitual de alguns de seus princípios mais relevantes.

A dialética, método dialético e dialética materialista

As origens da dialética são atribuídas aos filósofos gregos, tendo ela ganhado destaque especialmente por intermédio de Platão e Aristóteles. Para o primeiro, a dialética era o instrumento para atingir a verdade, sendo o conhecimento alcançado por meio de opiniões contrárias ou opostas que se elevam até as idéias ou essências universais, a realidade verdadeira.

⁴ Nesse sentido, Marx (2007, p.535) afirma: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

A dialética era considerada um método de diálogo que partia de posições contrárias sobre um assunto, que iam sendo discutidas por argumentos racionais até que fosse possível alcançar a identidade da idéia, a mesma para todos. (CHAUI: 2000; GADOTTI: 2006; KONDER: 1983).

Para Aristóteles, discípulo de Platão, a dialética não era adequada à busca do pensamento verdadeiro, uma vez que a simples argumentação não se configurava em procedimento de prova ou demonstração. Para esse filósofo era a lógica - e não a dialética - o instrumento demonstrativo do pensamento verdadeiro, cabendo à segunda um papel nos campos em que a argumentação e a persuasão eram importantes (CHAUI: 2000).

Heráclito de Éfeso concebe a realidade como um constante devir, em que prevalece a unidade de contrários que estão em permanente transformação (GADOTTI: 2006). Esse filósofo grego estabelece, assim, o princípio que se tornaria fundamental tanto da dialética de Hegel, quanto nas concepções marxistas.

Segundo Hegel, graças aos conflitos filosóficos, ou seja, graças às contradições entre as filosofias, é possível chegar à descoberta da razão como síntese, em uma unidade que surge de teses opostas ou contraditórias. A partir de uma tese inicial surge uma tese contrária (antítese) e, desse conflito, emerge a síntese que é capaz de ultrapassá-las, unindo as teses contrárias. De acordo com essa concepção, o alcance da realidade e da verdade se dá por meio de um movimento interno da contradição. Assim, uma das características principais da dialética é a existência de dois predicados contraditórios no mesmo sujeito, ou seja, uma negação interna que é considerada como verdadeiro motor do pensamento (CHAUI: 2000; GADOTTI: 2006).

Hegel e Marx concordam em relação à defesa da visão do todo como forma de alcançar o conhecimento e superar os problemas sociais. Tendo em vista que os problemas sociais se interligam, abordá-los exige uma certa visão do conjunto para se avançar na dimensão de cada elemento do quadro. A síntese seria, sob essa perspectiva, “a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão do conjunto proporciona – que é chamada de totalidade” (KONDER: 1983, p.37).

Esse autor destaca algumas importantes diferenças entre a dialética hegeliana e a marxista. Enquanto a primeira é idealista, a segunda é materialista. Hegel supõe a descrição do processo da realidade como uma realidade fechada, ou seja, “redonda”. Marx, como materialista, não aceitava essa descrição e considerava o processo da realidade uma totalidade aberta, evitando a redução da infinita riqueza da realidade. Essa percepção leva Marx a defender a fluidificação de conceitos para compreensão de uma realidade sempre em mutação, enquanto Hegel discorda da proposta de uma visão fluida de conceitos.

Na visão marxista, a evolução histórica se baseia no materialismo, pressuposto segundo o qual a infraestrutura econômica é dominante e determina, em última instância, a superestrutura ideológica, política e religiosa. Na dialética concebida por Marx, o conceito de classe é assumido com profundidade, sendo considerado a contradição fulcral do capitalismo, na medida em que opõe os detentores do capital (proprietários dos meios de produção) e os vendedores de sua força de trabalho (proletariado). Segundo Marx, essa oposição entre classes no capitalismo levaria à tendência histórica de sua superação (MARX, ENGELS: 1969).

Tendo em vista a importância que a dialética atribui ao fenômeno da contradição, é importante esclarecer o significado que a dialética atribui a esse termo.

O conceito de contradição, segundo o estudo da lógica, difere daquele adotado na dialética materialista. No primeiro caso, a contradição representa um paradoxo incompatível com o arcabouço teórico, tendo sido, portanto, banida dessa doutrina. No segundo caso, a contradição é considerada uma perspectiva real e força propulsora – verdadeiro motor - da transformação social, estando ligada à dimensão do conflito, da luta, do devir (GADOTTI: 2006).

Nesse mesmo sentido, Lefebvre (2010) destaca que na dialética a contradição representa os problemas, dificuldades e obstáculos a resolver. Portanto, luta e ação fomentam a transformação da realidade social.

Segundo Lefebvre (2010), para atingir a estrutura essencial de uma sociedade, a análise deve descartar as suas aparências superficiais, seus revestimentos coloridos, fórmulas oficiais e aspectos decorativos, buscado alcançar, sob essa superfície, as relações fundamentais da sociedade humana que são as relações de produção. A investigação dessas relações exige a análise de três fatores ou elementos: as condições naturais, as técnicas e divisão do trabalho social (LEFEBVRE: 2010). O primeiro item está voltado para o estudo das relações entre o homem e a natureza. O segundo está direcionado para as técnicas, instrumentos, tecnologias ligadas à questão laboral. O terceiro analisa as relações dos homens uns com os outros em suas interações no trabalho, que sofrem reflexo da evolução dessa maquinaria, ou seja, desses instrumentos.

De acordo com o ponto de vista marxista, a estrutura social é encarada como a organização da propriedade, das funções sociais e das classes sociais, ou seja, do seu modo de produção, que por sua vez é determinado pelas forças produtivas. O modo de produção representa, assim, o modo de organização, em um contexto histórico, das forças de produção. Máquinas e ferramentas (a tecnologia) e a divisão do trabalho formam um amálgama de elementos que agem uns sobre os outros dinamicamente (LEFEBVRE: 2010).

Ao refletir sobre o método marxista, Demo (1991) destaca uma evolução nos princípios desenvolvidos ao longo da vida de Marx. Em sua juventude, suas idéias foram marcadas pelo predomínio de uma visão segundo a qual a história poderia ser superada de maneira absoluta e extremamente radical e, a partir da emergência de uma nova fase histórica, a própria dialética seria superada, ou seja, o esquema explicativo seria válido apenas dentro daquela fase anterior. Com o avanço da idade do pensador alemão, essa perspectiva foi sendo substituída por outra que percebe a evolução histórica de maneira menos absoluta e extrema, privilegiando a continuidade do processo histórico e negando a possibilidade de se atingir uma fase final acabada.

Surge, assim, a abordagem que denomina de dialética histórico-estrutural, partindo do pressuposto que toda formação social é contraditória o bastante para ser historicamente superada. Por formação social, entende-se a realidade que se forma processualmente na história; e a designação estrutura é dada aos elementos que sobrevivem às mudanças nas fases históricas, tendo em vista que na realidade histórica não há somente mudança (DEMO: 1991).

Essa proposta privilegia o fenômeno da transição histórica, ou seja, a superação de uma fase por outra, em que predominarão mais os elementos novos do que os antigos. Enfatiza o fenômeno da contradição interna, ou seja, do conflito endógeno, em lugar das harmonias e consensos. Segundo essa visão, “a contradição mora dentro da realidade. Não é defeito. É marca registrada. É isso que a faz um constante vir-a-ser, um processo interminável, criativo e irrequieto. Ou seja, que a faz histórica” (DEMO: 1991, p.87).

Demo (1991) percebe a realidade como suficientemente contraditória não apenas no sentido das contradições leves, superficiais e passageiras, mas também naquelas de solução complexa e profundidade tal que levam à superação da formação social. Algumas metodologias admitem o conflito social como elemento da realidade, mas ele, o conflito, fica circunscrito ao interior do sistema no qual está inserido. A dialética, ao contrário, acrescenta a possibilidade de explodir o horizonte do sistema, transitando para outra formação social, ou seja, superando a estrutura vigente. Nesse sentido, a superação que estabelece uma nova fase no processo histórico tem origem no velho, pois a contradição que levou à superação é gerada no seio da fase anterior.

A dialética, entendida por Demo (1991), baseia-se nos princípios da tese e antítese, considerando a síntese apenas uma nova tese:

Tese significa qualquer formação social, vigente na história. Dizemos que toda tese elabora sua antítese, porque possui endogenamente suas formas de contradição histórica. Nesse sentido, antítese significa a convivência, dentro da tese, de componentes conflituosos e que são ao mesmo tempo a face da dinâmica histórica. A realidade é histórica porque é antitética. A dinâmica histórica nutre-se dos conflitos que nela se geram e acabam explodindo, ocasionando sua superação. (DEMO: 1991, p.87)

Do ponto de vista da concepção da realidade, a alma dessa dialética seria a antítese, que por sua vez leva à noção de unidade de contrários - a coexistência, na mesma realidade, de dois pólos opostos em constante tensão. A antítese não é concebida como uma fase em si, mas “sendo negativa, ela é no fundo o que falta, o sinal de imperfeição, da incompleição, que obriga a realidade a se mutar, em busca de formas tidas por mais completas” (DEMO: 1981, p.157).

Nota-se, portanto, que a dialética histórico-estrutural se afasta dos princípios hegelianos e se alinha a alguns dos mais importantes fundamentos marxistas. Em primeiro lugar, privilegia a transitoriedade das formações sociais, percebendo-as como totalidades abertas ao novo e à mutação. Além disso, a dialética interpretada por Demo propõe a adoção de conceitos que possuem uma dinâmica fluida. Reforçando esse aspecto da filosofia marxista, Harvey (2010) afirma que os conceitos valor, trabalho e capital são apresentados por Marx em termos relacionais, estabelecendo categorias que se separam e se reúnem em novas combinações, numa luta interminável que busca um acordo com os processos totalizantes do capitalismo.

A partir da obra de Marx, das concepções de Demo (1981, 1991), Gadotti (2006), Konder (1983) e Lefebvre (2010), que nela se fundamentam, forma-se um quadro que sustenta a defesa da dialética materialista como metodologia de investigação da sociedade capitalista.

Revolução industrial, capitalismo e conhecimento

No período histórico em que prevalecia a produção manufatureira, já se podia observar a subsunção do trabalho ao capital, ainda que os processos fossem tecnologicamente rudimentares (Marx, 2004, p.104).

Com a revolução industrial, a subsunção formal se torna subsunção real, estabelecendo uma transição que merece ser analisada, pois está relacionada à maneira como o modo de produção especificamente capitalista se apropria do conhecimento tácito e do conhecimento científico, incorporando-os ao processo produtivo.

Nas últimas décadas do século XVIII emerge, na Inglaterra, a revolução industrial baseada na produção têxtil de algodão que, com o advento da máquina a vapor, possibilitou a superação da fase histórica da manufatura. Nesse primeiro momento, essa revolução não estava ancorada na ciência, mas nascia em oficinas e ateliês sem o suporte do conhecimento que hoje chamamos de científico. A produção, então voltada para os bens de consumo, é sistematicamente aprimorada em busca da redução do tempo de fabricação e do aumento da mais-valia.

A partir de 1830, expande-se o transporte ferroviário e, com ele, toda uma extensa cadeia dos bens de produção, que inclui os segmentos como a mineração, siderurgia, elementos da indústria de bens de capital e logística. Isso abre caminho para o desenvolvimento da mecanização industrial e a crescente incorporação do conhecimento científico na produção das fábricas.

Segundo essa perspectiva histórica, é possível afirmar que, durante as três últimas décadas do século XIX, uma revolução científica e tecnológica é desenvolvida *pari passu* à revolução industrial. Se a primeira, em fins do XVIII, caracterizou-se pela pequena unidade produtiva, desconcentração de capital e competição de preços, sua sucessora foi marcada pela produção em larga escala das grandes corporações, novas formas de organização do trabalho e da indústria, acirrada competição, acelerado progresso tecnológico e incorporação dos emergentes avanços da ciência ao processo fabril.

Segundo Bolaño (2007), o modo de produção especificamente capitalista precisou, em seu processo de constituição, não só da acumulação primitiva de capital que financiou a expansão mercantil ocorrida no período anterior, como também da acumulação primitiva de conhecimento, advinda da incorporação, pelo capital, do conhecimento dos processos de trabalho que foram desenvolvidos pelos artesãos ao longo dos séculos anteriores. Essa apropriação pelo capital do conhecimento anteriormente produzido pelo trabalho, bem como do conhecimento que emerge com o desenvolvimento da mecânica e do trabalho intelectual científico, permitirá o desenvolvimento da máquina ferramenta.

Esse maquinário é corporificado, isto é, materializado sob a forma de capital constante, uma parte crucial do conhecimento humano e se torna elemento central desse processo, uma vez que nele está plasmado o conhecimento previamente extraído da classe trabalhadora (BOLAÑO: 2007).

Em suma, no período manufatureiro, a subsunção formal - forma geral de toda subsunção baseada na relação de assalariamento – continuou dependente do conhecimento e das habilidades do artesão. No período posterior, com o advento da revolução industrial, a subsunção se torna real, quando a subjetividade do trabalhador passa a ser progressivamente restringida e substituída por uma lógica sistêmica de produção dirigida para a acumulação, determinando os fins particulares a serem perseguidos pelos trabalhadores (PRADO: 2005). Na subsunção real, o capital se libertará da dependência do conhecimento do trabalhador, “subsumindo realmente o trabalho através da máquina ferramenta, que inverte a relação sujeito-objeto, com o capital constante definindo, a partir de então, a forma e o ritmo do processo de trabalho” (BOLAÑO: 2007).

Partindo das concepções nascidas com o materialismo dialético no século XIX, autores da atualidade, como Bolaño (2004, 2007), Corsani (2003), Fausto (2002), Gorz (2005), Moulier-Boutang (2003), Prado (2004, 2005) e Rullani (2000) interpretam o tempo presente defendendo que está em curso, desde as décadas finais do século XX, uma mudança estrutural no capitalismo que faz com que ele dependa menos do capital fixo representado pelo maquinário industrial e da lógica que rege a produção de bens tangíveis, e passe a ser dirigido por uma lógica econômica fortemente dependente de elementos imateriais, especialmente do saber e do conhecimento, que se tornam objeto de tensões entre os agentes sociais que buscam se apropriar deles.

Não há consenso, entre esses autores, em relação às dimensões mais relevantes dessa suposta mudança estrutural, mas seus principais argumentos merecem ser conhecidos, para serem confrontados dentro dos princípios do pensamento crítico.

Uma reestruturação produtiva no capitalismo?

As diferentes abordagens que, em maior ou menor grau adotam o pensamento marxista para refletir sobre essa suposta mudança nas bases de capitalismo atual, têm adotado diferentes termos para designá-la, como por exemplo, mudança estrutural, reestruturação produtiva (BOLAÑO: 2004; 2007), mutação (GORZ: 2005; PRADO: 2004), pós-grande indústria (FAUSTO: 2002; PRADO: 2004; 2005) e capitalismo cognitivo (CORSANI: 2003; MOULIER-BOUTANG: 2003; RULLANI: 2000).

Apesar da variada divergência na nomenclatura e na interpretação do fenômeno, todas essas análises guardam uma referência em comum, que são passagens extraídas da obra póstuma de Marx, conhecida como *Grundrisse*.⁵ Neste texto, Marx já vislumbrava que, com o

⁵ *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* traduzido por *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, é um manuscrito de Karl Marx, escrito nos anos 1857 e 1858. A primeira publicação data de 1941 tendo

desenvolvimento da grande indústria, a criação de riqueza iria depender menos do tempo de trabalho ou da quantidade de trabalho empregada na produção, passando a depender mais da capacidade dos trabalhadores e do avanço da ciência e sua aplicação nos processos produtivos. Nos termos de Marx:

Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção. (MARX: 1953 *apud* ROSDOLSKY: 2001, p.354-355)

Marx vai mais além, percebendo a tendência histórica da modificação na trama das categorias valor de troca e valor de uso, quando o valor deixaria de depender apenas da quantidade de tempo trabalhado:

Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre elas graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma base miserável, comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Tão logo o trabalho, em sua forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser – tem de deixar de ser – sua medida; e o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. O mais-trabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento da potência geral do intelecto humano. Com isso desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção imediato se despoja de carecimento e antagonismo. (MARX: 1953 *apud* ROSDOLSKY: 2001, p. 355).

André Gorz (2005) é um dos autores que postulam que o conhecimento se tornou a principal força produtiva do capitalismo contemporâneo, defendendo a necessidade de estabelecimento de uma outra economia e redefinição de algumas das mais relevantes categorias econômicas: trabalho, valor e capital. Suas idéias guardam afinidade com a corrente de pensadores que adotam o termo capitalismo cognitivo, como Corsani (2003), Moulrier-Boutang (2003) e Rullani (2000).

sido organizada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Berlim e Moscou.

Liinc em Revista, v.7, n.2., setembro, 2011, Rio de Janeiro, p. 573 - 592 <http://www.ibict.br/liinc>

Segundo Gorz (2005), na economia do conhecimento que se institui na atualidade, o trabalho passa a incorporar um capital dito imaterial, qualificado também como capital humano e o capital conhecimento.

O primeiro representa o saber vivo e é o componente pertencente à cultura do cotidiano e adquirido no trânsito do cotidiano. Assim, o trabalho, “substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo” e a criação de valor passa a depender cada vez mais do componente comportamental e da motivação (GORZ: 2005, p.9).

O segundo está identificado com o saber morto, ou seja, o conhecimento que, desde os primórdios do capitalismo, já estava objetivado no maquinário, nas instalações e nos processos de produção, mas agora atinge uma nova fronteira. Esse conhecimento, ao se tornar passível de ser abstraído do seu suporte material e humano, bem como reproduzido e transmitido ilimitadamente pelas novas tecnologias, torna-se, nas palavras de Gorz, “bem comum acessível a todos”. O autor vislumbra “um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias de troca”, mas percebe, em direção oposta, que o conhecimento se torna mercadoria. Sua venda e aproveitamento como capital pressupõem que ele se torne propriedade privada do capitalista e seja objeto de escassez artificial por meio da busca pelo monopólio do conhecimento (GORZ: 2005, p.10).

Gorz (2005) advoga que o trabalho de produção material, segundo ele “mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo”, é substituído pelo trabalho imaterial, para o qual não mais se aplicam os padrões de medida clássicos, sendo, portanto, impossível de ser quantificado, estocado, homologado, formalizado e objetivado.

Segue defendendo que na atualidade “o coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial” (GORZ: 2005, p.19). Adicionalmente, dá destaque à força simbólica no âmbito das empresas, que buscam eliminar a diferença entre o sujeito e a empresa, abolindo o regime salarial e criando um trabalhador auto-empresendedor que deve “tornar-se uma empresa” e se subsumir por meio do seu envolvimento total (GORZ: 2005, p.22).

Prado (2004; 2005), concordando com Postone (1996), defende a necessidade de renovar o pensamento marxista e a teoria crítica, tendo em vista as novas formas de subsunção do trabalho ao capital. Sustenta que o capitalismo está saindo da etapa da grande indústria e passando para a fase que Fausto (2002) chamou de pós-grande indústria. Enquanto na primeira o capital tinha como sua principal matéria o sistema de máquinas, na sua nova etapa predomina o que Marx denomina de inteligência coletiva ou intelecto geral (*general intellect*). “Se antes o capital produtivo aparecia, sobretudo, como ativo físico (máquina, fábrica, etc.), agora ele se configura de modo especial como ativo intangível (informação, conhecimento, etc.)” (PRADO: 2005, p.13).

O conceito de intelecto geral expressa a totalidade do conhecimento que dá nova forma à força produtiva social do trabalho, que deixa de ser força produtiva do capital, para tornar-se um atributo da atividade humana e social. “Essa força produtiva não se apresenta como resultado que decorre do modo imediato da atividade do trabalhador, mas como algo que é mediado por ele e que advém do intelecto geral” (PRADO: 2005, p.25).

Analisando a evolução histórica da produção capitalista, Fausto (2002) e Prado (2004; 2005) salientam alguns importantes aspectos que caracterizam as três fases que eles denominam manufatura, grande indústria e pós-grande indústria. Na primeira, o trabalhador dominava a técnica e o processo de produção, vigorando nesse contexto o princípio subjetivo. Na segunda fase, o trabalhador não usa mais os seus conhecimentos ao longo do processo produtivo, tornando-se um autômato submisso, uma mera “peça da máquina” inserida num processo vigora o princípio objetivo e a subsunção material. Na terceira fase, com a pós-grande indústria, o controle do processo produtivo, por meio das novas tecnologias, traz de volta o princípio subjetivo, libertando o trabalhador da subsunção material. Contudo, estabelece-se uma nova forma de subsunção de caráter intelectual, que se aprimora no chão de fábrica e é estendida para os outros níveis organizacionais das empresas.

De acordo com esse ponto de vista, o valor deixa de depender apenas da quantidade de tempo de trabalho despendido, “mas se torna influenciado, de modo qualitativo, pelos conhecimentos científicos e tecnológicos que são mobilizados no processo de produção com o concurso necessário dos trabalhadores, durante o tempo de trabalho” (PRADO: 2005, p.17). Atinge-se, assim, a plena objetivação da força produtiva social, não apenas nas máquinas, sistemas de máquinas e empresas sistêmicas, mas também no intelecto geral, que passa a ser elemento chave da produção da riqueza, conforme postulou Marx:

Nessa transformação não é nem o trabalho imediato que o homem executa, nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação da sua própria força produtiva universal, sua compreensão da natureza e a dominação dela por meio de sua existência como corpo social – em uma palavra, [é] o desenvolvimento do indivíduo social que aparece como o grande pilar da produção e da riqueza (MARX: 1953 *apud* FAUSTO: 2002, p.131).

Tornando-se “supervisor e regulador do processo de produção” (MARX: 1972, p. 228), o trabalhador da pós-grande indústria deixa de estar inserido no processo de produção como uma peça da máquina, mas continua subsumido de forma real ao capital. Tendo sido chamado para exercer um papel ativo e co-responsável pelo processo produtivo, o trabalhador também será submetido à cobrança por comprometimento subjetivo, atenção e envolvimento intelectual permanente. A pós-grande indústria é caracterizada, portanto, “pela subsunção formal, intelectual e societária do trabalho ao capital”. Dada essa reestruturação do capitalismo, a matéria por excelência do capital deixa de ser a máquina, o sistema fabril ou o patrimônio material. Em seu lugar, é o conhecimento científico e tecnológico - ativo intangível ou imaterial - que se torna a “nova fronteira da acumulação e a fonte dinâmica da geração de lucros” (PRADO: 2005, p.18).

A referência comum aos *Grundrisse*, presente tanto em Gorz (2003) quanto em Prado (2005), não os impede de divergir em relação à análise da mutação que o capitalismo atravessa atualmente. O segundo autor tece críticas à maneira como o primeiro concebe e adota os termos “trabalho imaterial” e, especialmente, “capital humano”, reflexo de uma falta de compromisso com o modo de pensar estabelecido por Marx (PRADO: 2004). Algumas dessas críticas merecem ser destacadas.

Prado (2004) argumenta que a definição de trabalho material e imaterial apresentada por Gorz (2003) é frágil, pois todo trabalho é atividade material e imaterial ao mesmo tempo. A rigor, os trabalhos e seus produtos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, têm materialidade social.

Alega também que a adoção do termo “capital humano” pode ser tomada como um fetichismo, que consiste em “confundir a forma da relação social com aquilo que lhe dá suporte, tomando naturalmente esta última por aquela”. Ainda que se possa alegar que o homem representa o conteúdo corporal e espiritual do capital, não é adequado dizer que o capital é humano. Sob o ponto de vista marxista, também não faz sentido defender a idéia de que o homem é capital, pois nesse caso, a matéria do capital, ou seja, a matéria humana é identificada com o próprio capital, estabelecendo uma relação social coisificada e, portanto, inconsistente (PRADO: 2004, p.12).

Adicionalmente, esse autor defende que as expressões capital material e capital imaterial empregadas por Gorz também são fetichistas, pois estabelecem uma distinção inconsistente do ponto de vista marxista, pois o capital é “objetividade social semovente que sempre se apropria de corpos para neles imprimir suas formas” (PRADO: 2004, p.9). De acordo com esse ponto de vista, o capital não pode ser identificado com objetos tangíveis ou intangíveis, pois uns e outros são apenas conteúdos do capital, sendo mais adequado, portanto, adotar os termos meios de produção tangíveis e meios de produção intangíveis.

Destacando que os termos capital humano e capital intelectual são adotados pela economia vulgar, Prado (2005) revela a essência oculta dessas duas expressões:

Os capitalistas, como classe e como indivíduos, continuam proprietários dos meios de produção em geral e, portanto, das condições de trabalho, mesmo quando elas se encontram na cabeça dos trabalhadores. Eis que o enigma dessas duas expressões se revela quando se percebe que a forma da relação de capital aparece ao lado da classe proprietária, mas que a matéria sobre a qual essa forma incide surge como propriedade inerente à força produtiva da classe não possuidora. (PRADO: 2005, p.25).

César Bolaño (2007) também se debruça sobre essas questões, propondo-se a desenvolver uma alternativa à interpretação dos teóricos do capitalismo cognitivo e do trabalho imaterial⁶. Destacando os *Grundrisse* como referência das suas reflexões, considera premonitório o conceito de intelecto geral que é apresentado na obra de Marx.

Esse autor enfatiza o duplo movimento realizado pelo capital quando da revolução industrial: usurpou o conhecimento da classe trabalhadora artesã e articulou-o com o desenvolvimento do conhecimento científico que se deu no campo propriamente intelectual. Nesse sentido, afirma que a revolução industrial significou uma revolução na relação entre poder e conhecimento (BOLAÑO: 2002).

⁶ Bolaño (2004) destaca que a ideologia da literatura empresarial, ao se apropriar dessas ideias, passa a adotar termo “capital humano” e “capital intelectual”, mas nunca emprega, como seria mais adequado, a designação “trabalho imaterial”.

Argumenta ainda que a definição de Revolução Industrial para Marx está necessariamente ligada à expansão da subsunção do trabalho ao capital. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Bolaño (1995) cunhou o conceito de subsunção do trabalho intelectual, que será marca da chamada Terceira Revolução Industrial, quando, nas últimas décadas do século XX, surge uma tendência de eliminação das fronteiras entre trabalho manual e intelectual. Este fenômeno se manifesta tanto nesse novo tipo de subsunção, quanto na intelectualização generalizada dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços (BOLAÑO: 1995; 2002; 2007).

Toda essa discussão - que envolve os aspectos da imaterialidade do trabalho no mundo contemporâneo e a relevância do saber, do conhecimento e da ciência no modo de produção capitalista - estaria incompleta se estivessem ausentes as concepções de trabalhador produtivo e trabalhador coletivo que Marx apresenta na obra Capítulo VI (inédito) de O capital, resultados do processo de produção imediata⁷.

Trabalhador produtivo e trabalhador coletivo

Segundo Marx (2004), a capacidade de trabalho e o trabalho propriamente dito são incorporados como fatores vivos e convertem-se em sua componente variável no processo de produção do capital. Essa componente variável, ao aumentar os valores adiantados pelo capitalista, cria mais-valia e os transforma em valor que se valoriza, em capital.

Marx (2004) concebe o trabalhador produtivo como aquele que possui capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia. Descarta, assim, a definição tautológica de trabalho produtivo como aquele que produz ou desemboca num produto, num valor de uso, em resumo, num resultado. Considerando que o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital, o trabalho produtivo é aquele que, em um regime de assalariamento, gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital (MARX: 2004, p. 109).

Nos termos de Marx (2004, p.117), resta inadequada a definição de "trabalho produtivo e trabalho improdutivo em função do seu conteúdo material".

O que torna o trabalho produtivo, ainda que seja comprado como serviço pelo capitalista, é o seu emprego como fator vivo - capital variável - incorporado ao processo de produção. O trabalho comprado para consumo, como valor de uso, não é produtivo, assim como não é produtivo o trabalhador nestas condições, ainda que atenda a premissa de ser assalariado (MARX: 2004, p.110).

Para ilustrar seu ponto de vista, Marx (2004) nos apresenta alguns exemplos.

⁷ O manuscrito de Marx originalmente intitulado *Erstes Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. - Sechstes Kapitel. Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses* (Livro I. O Processo de Produção do Capital. - Sexto Capítulo. Resultados do Processo Imediato de Produção) foi concebido entre os anos de 1863 e 1866, como parte da estrutura d'O Capital, mas não foi incluído na primeira edição da obra e nem nas subsequentes. A primeira publicação desse texto data de 1933, tendo sido organizada pelo Instituto Marx-Engels-Lenine de Moscou. Nossa análise teve como referência Marx (2004).

Um escritor que fornece serviços para um industrial do ramo editorial é um trabalhador produtivo, enquanto não o é um escritor independente, ainda que este venda sua obra para seus leitores.

Um cantor é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, torna-se assalariado ou comerciante. Porém, esse artista, caso se ponha a cantar para ganhar dinheiro por meio de um contrato com um empresário, passa a ser trabalhador produtivo.

No segmento educacional, um professor será trabalhador produtivo caso seja contratado "para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento" (MARX: 2004, p.115).

Esses exemplos demonstram que Marx (2004) percebeu e destacou as atividades que atualmente têm sido chamadas de trabalho imaterial. Mas preferiu não se estender na análise sob o argumento que estas constituíam na época grandezas insignificantes se comparadas com a massa da produção capitalista e que esses trabalhadores pertenciam às formas de transição para aquele modo de produção (MARX: 2004, p.115-116)

Portanto, segundo a lógica marxista, a produtividade do trabalhador está ligada a sua capacidade de gerar diretamente mais-valia, independente da materialidade ou da imaterialidade do seu trabalho. O que é relevante é a produção de mais-valia, que se apresenta como "o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista" (MARX: 2004, p.41).

É preciso destacar ainda que o sentido que Marx (2004) atribui ao conceito de mais-valia não se limita apenas ao aspecto quantitativo da carga horária trabalhada. O modo de produção capitalista emprega outras maneiras para extorsão da mais-valia, conforme ilustra o exemplo do agiota, que, por meio do capital usurário, obtém juros adiantando aos produtores suas matérias-primas e instrumentos de trabalho, seja em gênero ou sob a forma de dinheiro. Extorque, assim, do produtor imediato a mais-valia e arranca dele sobretrabalho sem se intrometer no processo de produção propriamente dito (MARX: 2004, p.90-91).

Essa concepção de trabalhador produtivo também está relacionada à noção de trabalhador coletivo. Juntos, esses conceitos marxistas trazem importantes contribuições para nossa análise.

A categoria trabalhador coletivo está inserida no contexto em que se acentua o crescimento da produção, exigindo um maior volume do capital e uma grande massa de operários ocupados simultaneamente. Surge, assim, uma força produtiva do trabalho objetivado, em oposição às atividades laborais mais ou menos isoladas dos indivíduos dispersos (MARX: 2004, p.93)

Na medida em que o capitalista requer cada vez maiores valores para seus empreendimentos, ele precisa ser proprietário dos meios de produção em uma escala social, numa quantidade de valor que perde toda a relação com a produção individual ou familiar. Com o aumento da quantidade de valor do capital, este atinge dimensões sociais, ou seja, "despoja-se de todo e qualquer caráter individual" (MARX: 2004, p.105).

Assim, o operário individual não será mais agente real do processo de trabalho no seu conjunto, sendo substituído por uma capacidade de trabalho socialmente combinada, ao qual Marx (2004) chamou de trabalhador coletivo. Segundo essa concepção, as diversas capacidades de trabalho cooperam e formam a máquina produtiva total, participando de diferentes maneiras do processo produtivo, tendo em vista que nela estão incluídos o trabalhador manual, o intelectual, o diretor, o engenheiro, o técnico, o capataz, o servente, etc. Ao conceito de trabalho produtivo, são incorporadas cada vez mais funções da capacidade de trabalho, exploradas diretamente pelo capital e subordinadas, em geral, ao seu processo de valorização e de produção (MARX: 2004, p.110).

Nesses termos, a atividade combinada do trabalhador coletivo:

realiza-se materialmente e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (MARX: 2004, p.110).

A dinâmica social que emerge com o trabalhador coletivo pressupõe também uma concomitante expansão na aplicação da ciência ao processo imediato de produção. Porém, Marx (2004, p.93) alerta que quando a ciência, considerada um produto intelectual coletivo do desenvolvimento social, é incorporada à produção, ela se apresenta como força produtiva do capital e não como força produtiva do trabalho.

Percebe-se, portanto, que os conceitos de trabalhador produtivo e trabalhador coletivo privilegiam alguns dos eixos centrais da dialética materialista, o princípio da contradição e sua dimensão política. Por outro lado, é possível afirmar que esses fundamentos não ganham a devida ênfase nos textos de Gorz (2005), Prado (2004; 2005) e Bolaño (2007).

Compõe a última temática que esse ensaio se propõe a abordar, a discussão de algumas hipóteses que enxergam, em sua suposta reestruturação produtiva, uma crise do capitalismo contemporâneo.

Uma crise em curso no capitalismo contemporâneo?

A mutação do capitalismo contemporâneo, postulada por Gorz (2005), representa a emergência da sua crise:

A crise da medição do trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor. (...) A crise da medição do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais. (GORZ: 2005, p. 30)

Para esse autor, a principal força produtiva do capitalismo cognitivo, o conhecimento, é em grande parte "inteligência geral" que não tem valor de troca e pode ser partilhado à vontade, gratuitamente, especialmente na Internet. A outra parte do conhecimento, que Gorz (2005) alega não ser originalmente geral e comum, ou seja, o conhecimento formalizado, também é virtualmente gratuita, posto que pode ser reproduzida em quantidades ilimitadas e a custos desprezíveis, estando acessível também graças à Internet. A partir dessas afirmações, afirma que "a principal força produtiva, e principal fonte de valor, é pela primeira vez suscetível de ser subtraída à apropriação privada" (GORZ: 2005, p.37).

Mas a verdadeira novidade, "revolucionária" segundo esse autor, é o conhecimento que assume a forma de programas de computador e ganha uma perspectiva de ação produtiva, desempenhando o papel de capital fixo e substituindo o trabalho vivo, material ou imaterial, por trabalho acumulado. Assim, Gorz (2005, p.37) entende que o conhecimento "destrói muito mais "valor" do que serve para criar", ou seja, economiza grandes quantidades de trabalho social remunerado e, conseqüentemente, diminui ou anula o valor de troca monetária de produtos e serviços:

O conhecimento abre então a perspectiva de uma evolução da economia em direção à economia da abundância. (...) A economia da abundância tende por si só a uma economia da gratuidade; tende a formas de produção, de cooperação, de trocas e de consumo fundadas na reciprocidade e na partilha, assim como em novas moedas. O "capitalismo cognitivo" é a crise do capitalismo no seu sentido mais estrito. (GORZ: 2005, p. 37)

Ainda que esse autor alegue que, em resposta a essa tendência, o capital busque a monopolização do conhecimento via mecanismos de proteção da propriedade intelectual e segredo empresarial, podemos afirmar que seu ponto de vista vislumbra uma superação do capitalismo que se afasta da dialética materialista, pois postula uma ruptura que parece não se fundar no princípio da contradição.

Já na mutação do capitalismo atual apresentada por Prado (2004), a criação da riqueza escapa do tempo como medida, o valor passa a ser qualitativo e o tempo de trabalho em si mesmo deixa de ser a fonte exclusiva de valor.

Esse autor argumenta que o valor transformou-se em "medida desmedida" e a mais-valia tem de se transformar em "mais valia desmedida", acarretando em uma modificação nas leis de regulação do capitalismo (PRADO: 2004, p. 15). Este, por sua vez, "torna-se um capitalismo desregulado, cada vez mais anárquico, sempre mais irracional, até que deixa de ser um modo de

produção progressivo para se tornar um modo de produção regressivo e destruidor" (PRADO: 2004, p.18).

Prado (2004) concorda com Gorz (2005) em relação à tese de uma suposta crise do capitalismo atual, "pois, a economia baseada no trabalho conceitual e no conhecimento científico e tecnológico avançado é incongruente com a relação de capital" (PRADO: 2004, p.18).

Na pós-grande indústria a força produtiva social do trabalho deixa de ser força produtiva do capital e torna-se um atributo da atividade humana coletiva e social, como resultado de um processo mediado pelo trabalhador e que advém do intelecto geral. Se, por um lado, o capital busca se apossar dos conhecimentos aplicados à produção, via patentes e direitos de propriedade intelectual, por outro lado, a totalidade complexa constituída pela informação, conhecimento científico e tecnológico estabelece uma inteligência coletiva que não pode ser perfeitamente apropriada à exploração do capital (PRADO: 2005).

Bolaño (2007) também percebe no capitalismo contemporâneo a emergência de uma crise. Argumenta que, atualmente, a socialização da produção em alguns setores se institui em torno de pequenos coletivos de trabalhadores altamente qualificados. Estes, articulados em nível global, controlam unidades produtivas por meio de tecnologias de informação e comunicação, obedecendo às determinações superiores de uma produção de conhecimento prévia que se estabelece em vastas esferas públicas produtivas em que o trabalho intelectual se socializa. Nesse cenário, se torna impossível a medição do trabalho individual ou micro-econômico⁸.

Bolaño (2007) segue afirmando que a apropriação privada, pelo capital, do resultado dessa produção social de riqueza só pode se viabilizar por meio do acirramento dos mecanismos de direito de propriedade intelectual. Nesse cenário, surge a possibilidade de superação do capitalismo, assim vislumbrada por Bolaño (2007):

A subsunção do trabalho intelectual representa um avanço no sistema de controle do capital sobre o trabalho, que, ao radicalizar a contradição entre socialização da produção e apropriação privada, coloca em primeiro plano a possibilidade de superação do capitalismo no sentido originalmente proposto por Marx (BOLAÑO: 2007, p.5).

Considerações finais

Esse ensaio procurou investigar o papel da informação e do conhecimento no capitalismo contemporâneo a partir da dialética materialista. Apesar das divergências nos argumentos dos

⁸ Bolaño (2007) toma o cuidado de não generalizar suas conclusões, argumentando que boa parte da produção capitalista não incorporou a reestruturação produtiva que ele descreve e analisa.

autores que investigam essa questão por intermédio das lentes do marxismo, esse debate mostra-se absolutamente atual e relevante.

É consenso, dentre os autores analisados, que estamos diante de uma nova fronteira da subsunção real do trabalho pelo capital e as contradições que agora emergem voltam-se para o controle do conhecimento coletivo construído pelo corpo social que se forma da força produtiva geral. O capitalismo busca subverter o potencial da inteligência coletiva em proveito dos capitalistas, expropriando a classe trabalhadora desse patrimônio social.

Defendemos que, para que o conceito marxista de *general intellect* tenha sua pertinência ampliada, é preciso que ele incorpore uma dimensão dialética plena. Portanto, acreditamos que é mais adequado discutir a questão colocada a partir de uma perspectiva que preferimos designar 'apropriação privada do intelecto geral'.

Essa abordagem revela-se promissora para investigações futuras.

Segundo o nosso ponto de vista, estamos diante de uma arena onde o embate passa a girar cada vez mais em torno do direito de propriedade intelectual. O capital domina o aparato legislativo em seu proveito e busca expandir as fronteiras da assimetria de informação descrita por Akerlof (1970), promovendo, cada vez mais, a assimetria de conhecimento.

A análise dessas estratégias mercantis contemporâneas sugere o resgate das idéias de Mandel (1982), pois revela iniciativas do capital visando estabelecer novas dimensões para um de seus princípios basilares mais antigos, qual seja, o fomento à escassez com vistas ao monopólio que permite a obtenção de superlucros.

Sugere também que a reestruturação em curso no modo de produção capitalista revela uma mutação que visa manter sua dominação, historicamente fundamentada na busca pelo controle das condições de trabalho e pela apropriação de todos os fatores do processo de produção.

Artigo recebido em 23/07/11 e aprovado em 30/07/11.

Referências

AKERLOF, G. *The market for 'lemons': qualitative uncertainty and the market mechanism*, *Quarterly Journal of Economics*, v.84, n.3, p. 488-500, ago 1970.

Liinc em Revista, v.7, n.2., setembro, 2011, Rio de Janeiro, p. 573 - 592 <http://www.ibict.br/liinc>

BOLAÑO, C. R. Economía política, globalización y comunicación. In: *Nueva Sociedad*, n. 140, Caracas, Nov-Dez 1995.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 11. Dez 2002.

_____. Economía Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. VI, n. 3, Set-Dez 2004.

_____. Processo de trabalho e crítica do trabalho imaterial sobre o intelecto geral, comunicação e conhecimento, In: *I Encontro Nacional de Economistas Marxistas*, Curitiba, 2007.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. Ed. Ática: São Paulo, 2000.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G. (org.), *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1981

DEMO, P. *Introdução a metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1991

FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*, tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação*. Cortez Editora: São Paulo, 2006.

GORZ, A. *O Imaterial, Conhecimento, Valor e Capital*, São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, A. Caderno 10 (1932-1935) - A filosofia de Benedetto Croce. IN: _____. *Cadernos do Cárcere Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 275-430.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, São Paulo: Edições Loyola, 2010.

KONDER, L., *O que é a dialética*, São Paulo: Brasiliense, 7a Ed., 1983

KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

LEFEBVRE, H. *Marxismo*, L&PM: Porto Alegre, 2010.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural. 1982

MARX, K. *O Capital (crítica da economia política)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, v.1

Liinc em Revista, v.7, n.2., setembro, 2011, Rio de Janeiro, p. 573 - 592 <http://www.ibict.br/liinc>

_____. *Capítulo VI inédito de O capital*, resultados do processo de produção imediata, 2ª. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858*. Vol. 2, Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

_____. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie (Rohenturf) 1857-1858*, Berlim: [s.n], 1953.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manifesto of the Communist Party, In: *Marx/Engels Selected Works Vol. 1*, Progress Publishers: London, 1969. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/communist-manifesto>>.

MOULIER-BOUTANG, Y. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: COCCO, G. (org.), *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

POSTONE, M. *Time, Labor and Social Domination – A reinterpretation on Marx's Critical Theory*, Cambridge University Press, 1996.

PRADO, E. *Uma crítica à economia política do imaterial de André Gorz*, Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 11, São Paulo, p. 45-70, 2004

_____. *Pós-grande indústria e neoliberalismo*. Revista de economia política, v. 25, n. 1, p. 11-27, Jan-Mar 2005.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro, EDUERJ: Contraponto, 2001.

RULLANI, E. *Le capitalismo cognitif: du déjà vu?* Multitudes. n. 2, p-87-94, Mai 2000.